



DF reparte mal a renda

O Distrito Federal ostenta hoje um elevado índice de concentração de renda, com as chamadas classes pobres, de renda inferior a 5 salários mínimos — Cr\$ 1.665 mil — correspondendo a 45 por cento do total de famílias da região, em cujas mãos estão apenas 13 por cento de toda a renda gerada no DF. Do lado oposto estão as classes média e alta, com rendas superiores a 10 salários mínimos — Cr\$ 3.331 mil — das quais 30 por cento das famílias ficam com 69 por cento do total da renda do Distrito Federal.

A excessiva concentração de renda nas mãos de um número reduzido de famílias provoca uma forte pressão sobre a renda média familiar mensal do DF, calculada em torno de Cr\$ 3.251 mil, o equivalente a 9,76 salários mínimos, seguramente uma das maiores do País. Esta média não retrata, entretanto, a situação real do DF, onde quase 70 por cento da população recebe menos que 10 salários mínimos mensais.

Esses dados fazem parte de uma pesquisa realizada pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), juntamente com professores da Universidade de Brasília, no período de julho de 1980 a junho de 1981, quando foram analisados vários aspectos sócio-econômicos de 2.774 famílias de todas as cidades-satélites e Plano Piloto. Segundo o economista Joaquim Pinto de Andrade, co-autor dos estudos, apesar das perdas sofridas pelo salário mínimo real e da alternância de fatores como o custo do

transporte, "a distribuição de renda no DF continua praticamente a mesma, possivelmente pior", disse ele, garantindo que apesar do estudo ter sido feito com base no salário mínimo vigente em agosto de 1980 — Cr\$ 1.149,60 —, os dados resultantes do estudo podem ser usados como uma medida razoável para os dias de hoje.

DISPARIDADES

Para se ter uma idéia da diferença entre a renda fa-

miliar média do DF, calculada em torno de Cr\$ 3.251 mil, e a do resto do País, basta dizer que nas regiões Sudeste e Sul, com altos índices de industrialização, as rendas médias mensais ficaram em torno de 6,25 e 4,76 salários mínimos, respectivamente Cr\$ 2.082 mil e Cr\$ 1.585 mil. A disparidade da renda média auferida torna-se maior quando se compara o DF com a regiões Nordeste e Norte, onde a média da renda familiar mensal é, respectivamente, Cr\$ 869 mil e Cr\$

1.235 mil.

Para a realização da pesquisa, foram demarcadas seis classes de renda familiar no DF: classe A, abrangendo famílias que percebem até 2 salários mínimos — Cr\$ 666.240; classe B, famílias com rendimentos entre 2 e 3 salários mínimos — Cr\$ 999.360; classe C, representando rendimentos entre 3 e 5 salários mínimos — Cr\$ 1.665 mil; classe D, onde a renda gira entre 5 e 10 salários mínimos — Cr\$ 3.331 mil; classe E, abrangendo famílias com renda entre 10 e 25 salários mínimos — Cr\$ 8.328 mil; e classe F, onde estão as famílias com rendimentos mensais superiores a 25 salários mínimos.

Segundo dados da pesquisa, enquanto a classe A representa 12 por cento do total de famílias do DF, sua renda não ultrapassa 1,75 por cento da renda mensal total do DF. A classe B, onde estão 12,9 por cento da população do DF, fica apenas com 3,32 por cento do total da renda. A classe C, representando 20,2 por cento do total de famílias do DF, tem consigo somente 8,21 por cento da renda total da região. A classe D, onde se situa o maior percentual de famílias no DF — 24,85 por cento — se apropria de 18,43 por cento da renda total. A classe E, representando 21,34 por cento das famílias, fica com 34,51 por cento do total da renda do DF, e a classe F, onde estão alocadas somente 8,65 por cento das famílias do DF, tem em suas mãos 33,78 por cento do total da renda da região.

Rico e pobre se distanciam

A distribuição da renda do DF deveria ser mais igualitária, já que 80 por cento da renda da região advém do trabalho assalariado", afirma Joaquim Pinto de Andrade. Ele explica que a concentração de maiores percentuais da renda nas classes superiores, E e F, é uma característica das regiões altamente industrializadas, onde os detentores do capital se apropriam de uma parcela muito maior da renda total do que os assalariados, "o que não é o caso do DF", conclui.

Entre as várias justificativas desta alta concentração de renda nas classes superiores no DF, Joaquim de Andrade aponta a predominância de empregos no setor público, ocupados por tecnoburocratas da esfera federal, com elevados rendimentos, e por outro lado, o baixo nível de instrução dos chefes de família no DF, onde quase a metade pos-

sui instrução a nível de primeiro grau e 16 por cento são analfabetos ou semi-analfabetos.

PLANO PILOTO E SATELITES

O comportamento das cidades-satélites será parte de outra edição, mas vale adiantar que a renda média destas localidades revela enormes diferenças entre a renda do Plano Piloto e demais cidades, configurando uma estratificação especial, onde se observa que todas as satélites apresentam poucas famílias na classe de renda mais elevada, conforme acentua o economista Maria Luiza Falcão, co-autora dos estudos, nenhuma família da amostra da Braziliândia, Ceilândia e Planaltina possui renda acima de Cr\$ 8.328 mil, classe F. Já as cidades de Taguatinga, Guará e Núcleo Bandeirante possuem relativo número de famílias na classe E, com rendimentos entre Cr\$ 3.331 mil e Cr\$ 8.328 mil.